



194
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332204-1
COMARCA: Vitória de Santo Antão
APELANTE: Município de Vitória de Santo Antão
APELADA: Jaidete de Souza Galvão
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. CONTRATO TEMPORÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 188 DO STJ. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. De proêmio, rejeitou-se a alegação de ilegitimidade passiva arguida pelo Município apelante. Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITÓRIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). 2. Este egrégio Tribunal – por ocasião do enfrentamento da questão atinente ao direito do trabalhador contratado temporariamente ao gozo de férias e à percepção de décimo terceiro salário – tem anotado a irrelevância do debate suscitado acerca da natureza do vínculo havido entre o servidor temporário e a pessoa jurídica de direito público contratante. 3. Deveras, essa discussão não obsta o direito do trabalhador ao recebimento de verbas pleiteadas em razão de serviços efetivamente prestados. 4. Por outro lado, procede, o argumento de que da condenação deveria ser deduzido o valor da gratificação natalina do ano de 2005. 6. Isso porque da análise da ficha financeira apresentada pelo Município, vê-se que, de fato, tal verba já foi paga a apelada. 5. Por fim, os juros moratórios da repetição de indébito das contribuições previdenciárias incidem apenas após o trânsito em julgado da sentença, à luz da Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça. 7. Apelo parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0332204-1, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em dar provimento parcial ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332204-1
COMARCA: Vitória de Santo Antão
APELANTE: Município de Vitória de Santo Antão
APELADA: Jaidete de Souza Galvão
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Vitória de Santo Antão, que, nos autos da **Ação de Cobrança NPU 0001428-06.2010.8.17.1590**, julgou parcialmente procedente a pretensão ali deduzida, nos termos adiante transcritos:

“POSTO ISTO, reconheço e declaro a prescrição dos pedidos referentes aos períodos anteriores a 04/05/2005, para **julgar parcialmente procedentes** os pedidos formulados na presente **AÇÃO DE COBRANÇA** e, em consequência, condenar o **Município de Vitória de Santo Antão** a pagar à parte **autora** o valor a ser calculado pela mesma, conforme art. 475-A do CPC, referente ao 13º integral dos anos de 2005, 2006, 2007 e proporcional de 8/12 avos a 2008, bem como à percepção de férias integrais referentes ao período de 2005/2006, 2006/2007, 2007/2008 e proporcionais de 8/12, com o acréscimo de 1/3 constitucional, mais **salário do mês de dezembro** a ser pago com observância aos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados a caderneta de poupança, a partir da citação, segundo a alteração introduzida pela lei 11.960/09 no artigo 1º F da lei 9494-97 e súmula 188 do STJ, Resolvendo o mérito do processo na forma do art. 269, I, do CPC.

Fica excluída da Lide a Vitóriaprev pelos motivos supra mencionados.

Condeno, ainda, o réu a restituir à autora a quantia indevidamente descontada em folha de pagamento, a título de Vitóriaprev, tudo corrigido monetariamente, a partir das datas dos efetivos descontos pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados a caderneta de poupança, a partir da citação.

Sem honorários, face sucumbência recíproca.

Esta sentença **não está sujeita ao duplo grau de jurisdição**, nos termos do art. 475, § 2º, do CPC.

Após trânsito em julgado, venha autora com a execução.

P.R.I.” (grifos no original) Cf. sentença às fls. 85/90.

Irresignado, o Município de Vitória de Santo Antão apelou alegando, em síntese: (i) que seria parte ilegítima, pois “a pretensão que visa à restituição de valores supostamente pagos a mais pelo Apelado deve ser dirigida contra a pessoa jurídica responsável, ou seja, o **VITÓRIA PREV**, afinal o ganho financeiro da verba debitada em folha foi da **Autarquia** após o repasse”; (ii) a servidora apelada teria sido contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo que não faria jus “à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na **Lei Municipal**, tampouco no contrato; (iii) todos os documentos juntados pela contestante tem presunção legal de veracidade; e (iv) juros de mora deveriam incidir a partir do trânsito em julgado, nos termos da Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ao final, requereu o provimento do apelo no sentido de se reformar a sentença recorrida.

Contra-razões da apelada, às fls. 168/172.

Nesta sede recursal, a douta Procuradoria de Justiça absteve-se de se pronunciar a respeito da controvérsia.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 07 de maio de 2014.



Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



195

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332204-1
COMARCA: Vitória de Santo Antão
APELANTE: Município de Vitória de Santo Antão
APELADA: Jaidete de Souza Galvão
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, rejeito a alegação de ilegitimidade passiva arguida pelo Município apelante.

Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITÓRIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora temporariamente contratado contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Quanto à discussão de fundo, tenho que não merece acolhimento a alegação de que a autora teria sido contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, razão pela qual não faria jus *"à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal, tampouco no contrato"*.

Isso porque, para aferir a correção da condenação do Município de Vitória de Santo Antão ao pagamento de verbas relacionadas ao direito de férias e à percepção do 13º salário pelos trabalhadores, parece-me despiciendo o debate suscitado pela parte apelante no sentido de questionar a natureza da relação jurídica havida entre a pessoa jurídica de direito público e a servidora contratada.

Deveras, a questão acima referida não obsta o direito da servidora – que tem sede constitucional - ao recebimento das verbas pleiteadas em razão dos serviços efetivamente prestados.

A propósito do tema em lume, registro que este Tribunal já apreciou diversos recursos similares ao que ora se apresenta (provenientes da Comarca de Vitória de Santo Antão e envolvendo o Município de Vitória de Santo Antão), orientando-se na mesma direção da fundamentação acima articulada.

A título exemplificativo, apresento os seguintes arestos:

"EMENTA: TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA LOCAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE NÃO ACOLHIDA. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVA PRORROGAÇÃO. DIREITO À INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS NÃO GOZADAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.





196
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1 - Consoante precedentes deste Tribunal de Justiça, existe responsabilidade solidária entre a autarquia previdenciária e o ente político que a instituiu. Rejeita-se preliminar de ilegitimidade do Município para restituir indébito oriundo de contribuições sociais descontadas em folha de pagamento.

2 - No mérito, consoante pacífica jurisprudência, tem-se que a sucessiva renovação do contrato não pode significar a perda em benefício da Administração de direitos sociais garantidos ao trabalhador pelo Texto Maior. Não pode a precariedade do vínculo funcional freqüentemente prorrogado servir de pretexto ao Município, para que deixe de conceder ao contratado férias e décimo terceiro salário, locupletando-se, assim, da sua própria torpeza de não realizar concurso público.

3 - Tanto o direito à indenização por férias não gozadas, acrescida de um terço, quanto o direito ao décimo terceiro salário possuem sede constitucional (art. 7º, VIII e XVII, da Constituição) e constituem direitos sociais intangíveis dos trabalhadores urbanos e rurais. Impõe-se o pagamento das verbas.

4 - Recurso de Agravio não provido."

(RA 0237065-2/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, julgado em 19/04/2011).

"EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. PEDIDO DE PERCEPÇÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA INACOLHIDA. DIREITOS FUNDAMENTAIS A QUE TODO TRABALHADOR FAZ JUS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIUGURADA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE. 1 - Versa a lide em apreço sobre a percepção de 13º salário e férias, pela prestação de serviço público em cargo comissionado, bem como a cobrança de descontos previdenciários efetuados indevidamente; 2 - preliminar de ilegitimidade passiva do Município argüida no presente recurso, sob o argumento de que o VITORIA PREV (autarquia municipal), seria a parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda; 3 - O Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que o autor já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITÓRIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município; 4 - Em casos análogos, tanto a FUNAPE quanto o Estado de Pernambuco, podem responder pelas causas que dizem respeito a descontos previdenciários, na esfera estadual. Preliminar rejeitada; 5 - Sabe-se que todo o trabalhador possui direito à férias independentemente de ser celetista ou estatutário. O pedido originário é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado; 6 - Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derrogar o direito a férias e 13º salário do trabalhador; 7 - Com relação aos honorários advocatícios, tenho que os mesmos foram arbitrados corretamente, vez que obedeceram aos ditames do art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil; 9 - À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso."



1917
a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(RA 0237012-1/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, julgado em 12/04/2011).

“EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS PLEITEADAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO PARA ATENDER NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Município ora agravante, pois, o referido ente federado foi o responsável pelo lançamento indevido dos descontos na folha de pagamento, a ora agravada já contribuía junto ao INSS, visto que vinculado ao RGPS e não ao RPPS destinado, exclusivamente aos servidores efetivos do Município, segundo preceituam os arts. 5º ao 8º da Lei Municipal nº 3.188/2006. 2. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 3. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Município. 4. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o agravante não se desincumbiu. 5. Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do ora agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções. 6. Recurso de agravo improvido unanimemente.”
(RA 0236835-0/01, 8ª Câmara Cível, Relª. Desª. Substª. Maria Auri Alexandre Ribeiro, julgado em 28/04/2011).

Por outro lado, procede a alegação do Município (fls.161) de que foi realizado o pagamento da gratificação natalina referente ao período de 2005.

É que, a meu sentir, a ficha financeira acostada pelo Município às fls. 48, possui valor probante suficiente para demonstrar que **parte** das verbas pleiteadas foram pagas à apelada.

Além disso, a autora em nenhum momento juntou aos autos os demonstrativos de pagamento do período, comprovando que não recebera a aludida vantagem.

De fato, para comprovar o fato constitutivo de seu direito, a apelada juntou recibo de pagamento de salário de fls. 08.

Por sua vez, o apelante, para se desincumbir de seu ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, juntou a ficha financeira da apelada, correspondente ao período de 2005, da qual consta o pagamento da gratificação natalina referente aquele período.

Diante disso, tenho que a ficha financeira acostada pelo Município efetivamente espelha que a gratificação natalina referente ao período de 2005 foi pago à autora.

Por fim, é certo que os **juros moratórios da repetição de indébito** das contribuições previdenciárias devem incidir após o trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos da Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

198
a

"Súmula nº 188: Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença".

Por todo o exposto, **dou provimento parcial ao apelo**, em ordem a: (i) afastar da condenação o pagamento a gratificação natalina referente ao período de 2005; e (ii) determinar que os juros de mora sobre a repetição das contribuições previdenciárias incidam a partir do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188 do STJ), mantendo incólume, nos seus demais termos, o *decisum* prolatado pelo Juízo de origem.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator